



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015126-90.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de voo**
 Requerente: **Eder Tadeu Gomes Cavalheiro**
 Requerido: **Passaredo Linhas Aéreas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu duas passagens aéreas em 26/01/2013, tendo dois dias depois manifestado seu arrependimento pelo negócio.

Almeja à declaração da rescisão do contrato e à condenação da ré à devolução do valor pago a esse título.

Os documentos apresentados pelo autor respaldam sua versão.

Nesse sentido, a aquisição das passagens restou positivada a fl. 08, enquanto o pagamento respectivo está consubstanciado a fls. 09/10, **cumprindo registrar que o estorno da quantia de R\$ 535,04 já foi levado em consideração para a apuração do valor postulado pelo autor.**

O cerne da controvérsia consiste em saber se tem incidência à espécie a regra do art. 49 do CDC.

Preservado o respeito aos que perfilham entendimento contrário, reputo que tal norma se aplica ao caso dos autos.

Com efeito, é indiscutível como assinalado que o negócio em apreço sucedeu através de acesso à internet por parte do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTÔNIO

HERMAN BENJAMIM e BRUNO MIRAGEM observam que, nos negócios jurídicos realizados fora do estabelecimento comercial, pode o consumidor se valer do prazo de reflexão de sete dias, no qual poderá decidir se permanece, ou não, com o produto adquirido:

“Prazo de reflexão: Nos contratos concluídos no domicílio ou no local de trabalho do consumidor, o consumidor terá um prazo legal de reflexão de sete dias, podendo neste prazo manifestar a sua vontade no sentido de desistir, sem ônus, do contrato já concluído. Direito de reflexão semelhante, como afirmamos anteriormente, existe nos quinze países da União Europeia e já existia de forma pioneira na legislação da França, da Alemanha e dos Estados Unidos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. RT: São Paulo, 2003, p.602).

Na mesma direção é o magistério de **RIZZATTO NUNES**, com expressa alusão ao comércio por meio eletrônico:

“A norma do art. 49 foi criada para dar maior proteção aos consumidores que adquirem produtos ou serviços fora do estabelecimento comercial, sobretudo:

...

d) por meio eletrônico, como, por exemplo, pela Internet” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva: São Paulo, 2011, p. 645).

Diante da clareza do dispositivo sob análise, da falta de ressalvas a situações como a dos autos e não havendo divergência que a compra trazida à colação sucedeu de maneira que se amolda a ele, tem-se como possível o arrependimento do autor.

Aliás, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se manifestou dessa forma:

“Aquisição de equipamentos para instalação de estabelecimento comercial especializado em venda de refrigerantes e outros produtos similares. Franquia não concretizada. Risco assumido pelo promovente que não pode ser debitado a terceiros. Venda fora de Estabelecimento comercial - Cláusula de Recesso faculta ao consumidor o direito de se arrepender da compra a distância, por telefone, por fax, proposta, via internet e outros. Entretanto, o direito de arrependimento, estabelecido como período de reflexão, ou em se tratando de venda a domicílio, deve ser exercitado em prazo exíguo como determina o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor a evitar abusos que possam ser cometidos pelo próprio consumidor Proposta aceita pelo recorrente contendo cláusula de perda da quantia dada à fornecedora dos equipamentos que não se apresenta excessiva. Perda da quantia dada como sinal e princípio de pagamento. Admissibilidade. Recurso desprovido.” (TJSP, Apelação nº 971850008, Rel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Des. **JÚLIO VIDAL**, 28ª Câmara de Direito Privado, j. 29.07.2008).

Essa orientação tem lugar mutatis mutandis à hipótese vertente, de forma que se impõe a conclusão de que o arrependimento do autor foi manifestado regularmente.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, até porque como o autor não se utilizou das passagens a devolução pleiteada se impõe para evitar o enriquecimento sem causa da ré em seu detrimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato tratado nos autos e a inexigibilidade de qualquer débito dele oriundo, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 934,45, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2013 (época do desembolso de fl. 09), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA